

# A problemática do género no Português europeu: análise de documentos legais e de manuais escolares do 1.º Ciclo do ensino básico

Ana Sofia Lopes

Escola Superior de Educação do Porto  
anasofia\_lopes@hotmail.com

Celda Choupina

Escola Superior de Educação do Porto  
Centro de Linguística da Universidade do Porto  
celda@ese.ipp.pt

## Resumo

---

O género gramatical não corresponde a um Universal Linguístico e, enquanto o Português Europeu possui os valores de masculino e de feminino, noutras línguas outras categorizações são possíveis. No Português Europeu, o género corresponde a uma categoria idiossincrática e obrigatória nos nomes, sendo vários os processos lexicais, fonológicos, morfológicos e sintáticos subjacentes à atribuição e à variação em género nos nomes, e não estabelece uma correlação intrínseca com sexo, uma vez que, enquanto o género diz respeito a um formalismo da língua, o sexo corresponde a uma realidade biológica e social associada aos referentes. Com base nestas premissas, desenvolveu-se um estudo exploratório em que se procurou averiguar como é preconizado o tratamento do género nos documentos reguladores do ensino do Português no 1.º Ciclo do Ensino Básico, em Portugal, bem como investigar as representações veiculadas sobre o que é o género gramatical, sistematizar os exemplos fornecidos e os processos de variação associados ao nome, em manuais escolares de Português Língua Materna, que acompanham os alunos desde o 1.º ao 4.º ano de escolaridade.

**Palavras-chave:** ensino da gramática em Portugal, nome, género gramatical, sexo.

## 1. Considerações introdutórias

O presente estudo, desenvolvido em contexto educativo português, teve como objetivos problematizar a abordagem tradicional da categoria género no nome e valorizar os conhecimentos articulados da Linguística Descritiva, da Linguística Aplicada e da Linguística Educacional na formação de professores. Subjacentes a estes objetivos, encontram-se outros mais específicos, nomeadamente: i) evidenciar que a categoria género não se realiza por flexão e não se pode colocar a par das categorias número e grau, já de si também distintas em estatuto e funcionamento; ii) demonstrar o funcionamento morfossintático da categoria género e os processos tradicionais de marcação; iii) proceder a um levantamento dos processos de variação em género e dos exemplos fornecidos em manuais do 1.º Ciclo do Ensino Básico (CEB); e iv) refletir sobre a apresentação da categoria género no *Programa e Metas Curriculares de Português* (Buescu et al. 2015).

A par da categoria género, evidenciam-se as categorias número e grau, que correspondem, igualmente, a propriedades associadas ao nome, que, não sendo categorias universais, nas línguas em que efetivamente existem, se manifestam de formas muito diversas. A título de exemplo, somente as línguas que têm uma sintaxe altamente flexionada e baseada na concordância possuem género gramatical idêntico ao que o Português Europeu (PE) e o Francês, por exemplo, têm. Mas mesmo nas línguas que o possuem, os valores podem variar, pois se no PE os valores de género são *masculino/feminino*, noutras línguas podem encontrar-se valores como: *animado/não animado*, *racional/não racional*, *forte/fraco*, *augmentativo/diminutivo* e *macho/outro* (Corbett 1991, citado por Costa & Choupina 2011). Ademais, por um lado, o género e o número são categorias significativas na concordância, já o grau, embora também possa ser realizado por processos morfossintáticos, é motivado pragmática e semanticamente (Costa et al. 2015). Todavia, por outro lado, urge compreender

que se os processos de atribuição de género e expressão de grau, este apenas em alguns nomes, integram o que podemos denominar de variação, o mesmo não acontece no caso do número, em que o processo de marcação é flexional, um processo marcado pela sua obrigatoriedade e sistematicidade (Villalva 2003; 2008), contrariamente à variação.

Em termos estruturais, o presente texto encontra-se organizado em duas grandes partes. Na primeira, proceder-se-á a uma clarificação da noção de género linguístico, assim como a uma reflexão acerca da correlação, ou não, entre género linguístico e sexo biológico e a um esclarecimento dos processos de marcação e atribuição de género, servindo estes tópicos como uma sustentação teórica ao estudo desenvolvido. A segunda parte centrar-se-á no estudo concretizado, sendo descrita a metodologia de investigação utilizada e apresentados/ analisados os dados recolhidos. Por fim, elencar-se-ão algumas considerações finais subjacentes a todo o texto.

## 2. Problematização da categoria género

### 2.1. Clarificando noções e processos de atribuição de género

No PE, o género nos nomes é uma categoria intrínseca aos radicais, atribuída no léxico, ou à base, se na sintaxe, obrigatória e idiossincrática, e, nos adjetivos, a categoria é transmitida pelo nome, sendo funcional e não lexical, na medida em que é necessária para a concordância morfossintática nos sintagmas e nas frases (Baptista et al. 2013a). Nesta língua, existem dois valores de género no nome – *masculino* e *feminino* – e esta atual distinção de género provém do latim. Porém, fazendo uma breve contextualização histórica, no latim existia, para além do género feminino e do género masculino, o género neutro, que somente subsiste nos pronomes demonstrativos invariáveis, designadamente *isto*, *isso* e *aquilo* (Costa & Choupina 2011).

De acordo com o Dicionário Terminológico *em linha* (2008)<sup>1</sup>, que apresenta a terminologia linguística para os Ensinos Básico e Secundário, em Portugal, o género é definido como uma

Categoria morfossintáctica que está presente em todos os nomes, em alguns adjetivos (os adjetivos biformes) e em alguns pronomes. Em português há dois valores de género: masculino e feminino. Nos nomes que referem uma entidade animada (uma pessoa ou um animal), o valor de género corresponde, tipicamente, a uma distinção de sexo, excepto no caso dos nomes epicenos, sobrecomuns e comuns de dois e ainda ecasos irregulares (B.2.2.1).

Face à definição exposta, torna-se exequível afirmar que se tende a integrar o género nas “categorias relevantes para a flexão de nomes, determinantes, pronomes e adjetivos” (DT 2008: B.2.2.1). Contudo, correspondendo a flexão a um processo marcado pela sua obrigatoriedade e sistematicidade morfológica (Villalva 2003; 2008) como já se referiu, é perceptível que esta conceção da categoria género se revela inadequada, dado o carácter assistemático e sincronicamente arbitrário da categoria género em PE. Em concordância com o referido, no género não existe obrigatoriedade de contraste e de marca morfológica, bem como não se verifica uma sistematicidade na realização, visto que são múltiplos os processos de formação de palavras e de explicitação e/ou atribuição do género no nome. Realce-se ainda o facto de a variação não constituir uma regra, uma vez que muitos nomes não admitem variação em género. Logo, não há variação em nomes de género único, apenas existe em alguns nomes de género sintático, como é o caso de *menino*, *gato* e *cliente*. Neste contexto, revela-se importante a distinção entre género sintático e género inerente/único (Choupina et al. 2016).

Nos nomes de género sintático, o valor de género é construído sintaticamente, implicando, por isso, processos morfológicos ou morfossintáticos de especificação temática ou de formação de bases complexas ou compostas (Costa et al. 2015). Portanto, o valor de género não está determinado lexicalmente e vai ser marcado na sintaxe (Câmara 1985, citado por Baptista et al

---

<sup>1</sup> <http://dt.dge.mec.pt/>

2013a). Evidenciam-se várias formas de atribuição ou especificação do género sintático na sintaxe, entre elas: combinação com uma palavra de outra categoria; acréscimo de um morfema derivacional, nomeadamente *-ção* e *-idade* para formar nomes femininos e *-mento* e *-ismo* para formar nomes masculinos; especificação pela alternância do índice temático *-o/-a*. Por seu turno, nos nomes de género inerente/único, o valor de género é atribuído no léxico, ou seja, é arbitrário e intrínseco ao próprio radical nominal, sendo a sua aquisição feita de forma intuitiva (como *mesa*, *panda* e *tribo*) (Costa et al. 2015).

Conforme referido anteriormente, não se tratando o género de uma categoria flexionável, são múltiplos os processos morfológicos, fonológicos e sintáticos que atribuem o valor de género aos nomes, os quais serão, subseqüentemente, explicados.

Numa primeira instância, destaca-se o processo de alternância do índice temático, em que se constata a variação de género pela alternância de tema em *-o* (maioritariamente, nomes de género masculino) e tema em *-a* (maioritariamente, nomes de género feminino), por exemplo, *menino/ menina*, e o contraste de género pela alternância de tema  $\emptyset$  (masculino) e tema *-a* (feminino), por exemplo, *professor/professora* (Duarte 2000; Villalva 2000; Costa & Choupina 2011). Contudo, tal não corresponde a uma regra geral, dado que existem nomes femininos que têm tema em *-o* (como *a libido* e *a tribo*) e nomes masculinos que têm tema em *-a* (como *o mapa* e *o clima*). Existem ainda casos em que, apesar desta regra se verificar, se está somente perante contrastes lexicais e não contrastes de género da mesma palavra, por exemplo *barca* e *barco* têm o mesmo radical, mas sabe-se que não designam o mesmo referente, tal como *flor* e *flora*. Além disso, existem vários nomes no PE que terminam com a vogal *-e* e que tanto podem ser do género feminino como do género masculino (como *o leite* e *a parede*). Aliás, em alguns usos coloquiais da língua, em nomes que designam seres sexuados, o contraste de género é levado ao extremo, sendo feito pela alternância de tema em *-e/* tema em *-a* (como *o presidente/ a presidenta*).

Segue-se o processo fonológico de redução da forma do masculino, em que nomes que terminam em ditongo [ẽw] e [ɛw] podem formar o feminino pelo contraste com vogal [ẽ] e [ɛ], como é o caso de *irmão/irmã* ou *campeão/campeã* e *réu/ré* (Costa & Choupina 2011; Estrela, Soares & Leitão 2004). Realce-se também a alternância fonológica, em que a formação do contraste em género se processa pelo grau de abertura da vogal, sendo que [o] é para o masculino e [ɔ] é para o feminino, como é o caso de *avó* e *avô*. Por isso, a vogal que tem um maior grau de abertura encontra-se no nome feminino e a que tem menor no masculino (Costa & Choupina 2011).

Aos processos de atribuição de género já referidos, agrega-se a derivação, em que a adição de um morfema derivacional cria uma base complexa com um valor de género específico (Bechara 2003). Por isso, no que concerne aos nomes que não referem seres sexuados, evidencia-se o acréscimo de um morfema derivacional, nomeadamente *-ção* e *-idade* para formar nomes femininos (como *felicidade* e *organização*) e *-mento* e *-ismo* para formar nomes masculinos (como *casamento* e *facilitismo*). Já no domínio dos nomes que referem seres sexuados, o morfema pode ser afixado ao feminino, ao masculino ou a ambas as formas, por exemplo, em *abade/ abadessa* verifica-se uma afixação no feminino, em *perdigão/ perdiz* é visível uma afixação no masculino e em *embaixador/ embaixatriz* constata-se uma afixação em ambas as formas, no masculino e no feminino.

Acresce ainda a referência aos processos sintáticos, em que se enquadram os nomes tradicionalmente denominados *comuns de dois*<sup>2</sup>, uma vez que é o contexto sintático que pode desfazer a ambiguidade quanto ao género, ou seja, é este que especifica o valor de género no

---

<sup>2</sup> As designações *comuns de dois*, *sobrecomuns* e *epicenos* caíram em desuso no ensino do português língua materna, no sistema educativo português, e não se encontram, atualmente, nem no *Programa e Metas Curriculares de Português do Ensino Básico* (Buescu et al. 2015), nem no *Dicionário Terminológico em linha* (2008).

nome (Bechara 2003; Cunha & Cintra 1984). Por conseguinte, o valor de género é especificado através da combinação com uma palavra de uma outra categoria (como seja um determinante, em *o* artista, ou um adjetivo, em *magnífico* artista).

Por último, mas não menos importante, evidencia-se a composição morfossintática, em que os nomes resultantes de uma composição morfossintática recebem o valor de género sintaticamente (como no caso dos compostos por reanálise, *guarda-chuva*, *saca-rolhas*, e nos compostos por estrutura de subordinação, *bomba-relógio*).

## 2.2. Género linguístico e sexo dos referentes

Não raro, no PE, assiste-se ao estabelecimento de uma relação entre género linguístico e sexo dos referentes. Porém, urge levantar a seguinte questão: *será que existe uma estrita correlação entre género linguístico e sexo dos referentes ou não?* No sentido de dar resposta à questão exposta, se se proceder à análise de alguns nomes, tais como *mulherão* e *dragão-fêmea* ou mesmo *rapaziada* e *cobra-macho*, rapidamente se depreende que a afirmação se revela errónea. Embora os nomes *mulherão* e *dragão-fêmea*, em termos biosociais, nomeiem referentes do sexo feminino, ao nível gramatical, são nomes do género masculino. Esta não correspondência é ainda visível nos nomes *rapaziada* e *cobra-macho*, que são do género feminino e que nomeiam referentes do sexo masculino. A par destes nomes, importa realçar os nomes que não expressam o sexo do referente, os tradicionalmente designados sobrecomuns<sup>3</sup>, podendo nomear seres quer de sexo masculino, quer feminino, como, por exemplo, *vítima*, *criança*, *cônjuge*, *testemunha*, *pessoa*, ainda que o seu género gramatical seja único.

A confusão existente entre género e sexo reside também no facto de para ambas as categorias existir um sistema binário, se aplicarem as mesmas formas de designação e de distinção dos valores ou categorias em que se concretizam – *masculino* e *feminino* –, assim como por se considerar, vulgarmente, que “o sexo biológico funciona como motivação para a atribuição do valor de género” (Costa et al. 2015: 329). Ademais, a promoção de uma correlação estrita entre género e sexo ocorre também pelo facto de o termo género ser polissémico e, por isso, aplicar-se a realidades muito diferentes. Este pode surgir como sinónimo de sexo ou de identidade biosocial, assim como ocorrer para referenciar uma categoria morfossintática, no âmbito da metalinguagem linguística (Baptista et al. 2013b).

Tendo já sido explicitados os processos de marcação, atribuição ou especificação de género, torna-se impreterível a referência aos processos linguísticos que indicam apenas o sexo do referente e que, não raro, surgem, associados à categoria género, designadamente os processos de composição com <macho> e <fêmea> e de contraste lexical. No que concerne ao primeiro processo mencionado, este ocorre pelo acrescento de <macho> ou <fêmea> ao nome (em *nomes epicenos*<sup>4</sup>), permitindo um contraste de sexo entre os referentes e não um contraste de género nos nomes (como *o tigre-macho/ o tigre-fêmea* e *a baleia-macho/ a baleia-fêmea*) (Costa & Choupina 2011; Bechara 2003). Estes pares de nomes possuem um só género gramatical, sendo o mesmo nome que designa um ou outro ser de sexo diferente. Por sua vez, o segundo processo ocorre pela heteronímia de radicais, existindo um contraste de sexo entre as entidades que os nomes designam e não um contraste de género dos próprios nomes, dado que são palavras diferentes (como *pai/ mãe*, *genro/ nora* e *boi/vaca*) (Cunha & Cintra 1984; Bechara 2003).

---

<sup>3</sup> Conforme nota de rodapé 2.

<sup>4</sup> Conforme nota de rodapé 2.

### 3. Estudo exploratório: o género linguístico nos documentos legais e nos manuais escolares

#### 3.1. Metodologia do estudo

Tendo em consideração o enquadramento teórico precedentemente exposto, foi desenvolvido um estudo exploratório, assente numa metodologia de investigação qualitativa e interpretativa, que teve como propósito investigar o modo como a categoria género linguístico é apresentada e desenvolvida nos documentos regulares de ensino do Português do 1.º Ciclo do Ensino Básico (CEB) (Buescu et al. 2015) e em manuais escolares que acompanham os alunos portugueses desde o 1.º ao 4.º ano de escolaridade. Por conseguinte, este desenvolveu-se em quatro fases, designadamente: i) análise dos documentos oficiais reguladores de ensino do Português, ii) a observação de oito manuais escolares de Português atuais, iii) seleção do material e gravação visual para posterior análise e iv) recolha e análise dos dados.

No que concerne aos critérios que foram respeitados ao longo da análise dos dados, evidencia-se a observação quanto a: rigor científico e terminológico; identificação das subclasses de nomes às quais o género é associado; verificação dos processos apresentados para género em nomes; recolha de exemplos mais frequentes; e levantamento do tipo de tarefas propostas para a abordagem da categoria género.

#### 3.2. Apresentação e análise dos dados recolhidos

Para o estudo desenvolvido procedeu-se à análise de documentos legais do ensino do 1.º CEB, nomeadamente o *Programa e Metas Curriculares de Português do Ensino Básico* (Buescu et al. 2015), bem como à observação de duas coleções de manuais escolares de Português do 1.º CEB.

Em relação ao domínio do Programa e Metas Curriculares de Português do 1.º CEB, numa primeira instância, constatou-se que o conteúdo género gramatical figura imediatamente no 1.º ano de escolaridade, centrando-se a abordagem na produção de contrastes por alternância do índice temático, no objetivo 21 e no descritor de desempenho 1 “Formar femininos e masculinos de nomes e adjetivos de flexão regular (de índice temático - *o* ou - *a*)” (Buescu et al. 2015: 47). Deste modo, está-se a promover, desde o início da escolaridade, a confusão entre género linguístico e sexo dos referentes. Aliás, a aparente defesa da existência de uma correlação entre género e sexo é reforçada no 3.º ano de escolaridade, no domínio Gramática, objetivo 27 e descritor de desempenho 8: “Reconhecer masculinos e femininos de radical diferente” (Buescu et al. 2015: 57), em que se recorre à heteronímia de radicais como um processo para opor nomes de género distinto, mas também no 4.º ano, em descritores de desempenho que solicitam a formação de femininos ou de masculinos dos nomes, quando a maioria não tem essa possibilidade, ou seja, não permitem o contraste.

Neste quadro, acresce referir que a frequente referência a flexão em género, em vez de variação, quer no Programa quer nas Metas Curriculares nos quatro anos do 1.º CEB, bem como a associação sistemática do género dos nomes e dos adjetivos nos mesmos descritores e a referência à categoria género associada à categoria número são realidades preocupantes, no âmbito do ensino deste conteúdo, pois são vários os descritores de desempenho que solicitam a formação de femininos ou de masculinos de determinados nomes e adjetivos, o que apenas se compreende se entendermos que o género é uma propriedade tanto dos nomes como dos adjetivos e, caso não exista uma reflexão, por parte dos professores, acerca destes descritores, esta ideia passará para os próprios alunos. Por sua vez, o cruzamento da categoria género com uma outra categoria morfossintática – o número -, é notório sobretudo no Programa de Português do 1.º CEB, pois no mesmo conteúdo associa-se género e número, nas áreas da Morfologia e da Lexicologia, quando, conforme já foi dito, as duas categorias se realizam por processos diferentes e possuem estatutos distintos no PE.

Por seu turno, no que diz respeito aos manuais escolares, assume especial relevância referir que foram analisadas duas coleções (coleção A e coleção B) de manuais, atualmente em uso nem Portugal, desde o 1.º ao 4.º ano, de duas editoras distintas, e que todos os manuais analisados foram publicados em anos posteriores ao atual Programa e Metas Curriculares de Português, exceto os manuais dos 1.º e 2.º anos da coleção B que, embora sejam posteriores às Metas Curriculares (2012), não o são em relação ao Programa de Português vigente (2015). Refira-se ainda que esta análise incidiu, primeiramente, no levantamento dos exemplos dos nomes mais frequentes aos quais o género é associado, sendo estes agrupados de acordo com as respetivas subclasses, e, num momento posterior, recaiu na identificação dos processos de variação em género e na observação da tipologia de tarefas solicitadas ao longo dos quatro anos do 1.º CEB. Prosseguindo para a análise dos dados recolhidos, verificou-se um predomínio de exemplos com nomes comuns animados, quer humanos, quer não humanos (como *égua/cavalo*, *abelha/zangão*, *mulher/homem*, *mãe/pai*, *tigre-fêmea/tigre-macho*, *foca-fêmea/foca-macho*), nas duas coleções de manuais escolares analisadas. Na coleção A, os exemplos de nomes comuns animados humanos (42%) e de nomes comuns animados não humanos (36%) totalizam uma percentagem de 78%. Já na coleção B, os exemplos de nomes comuns animados humanos (55%) e de nomes comuns animados não humanos (26%) perfazem uma percentagem total de 81%. Tais percentagens deveras elevadas nestas subclasses de nomes constituem um fator propício para a realização de tarefas de produção de contrastes e para a promoção da confusão entre género linguístico e sexo dos referentes. A estas subclasses seguem-se os nomes comuns não animados (13% na coleção A e 17% na coleção B) e os nomes próprios (10% na coleção A e 2% na coleção B). Por último, realce-se a percentagem nula associada aos nomes comuns coletivos, tanto na coleção A como na coleção B, o que conflui para a ideia de que a esta subclasse de nomes não se associa qualquer valor de género, contribuindo, a nosso ver, uma vez mais, para a promoção da confusão entre género linguístico e sexo biológico.

No que diz respeito aos processos de atribuição de género, verificou-se a presença do processo de alternância de índice temático nos oito manuais analisados, embora apenas seja referido no Programa e Metas Curriculares de Português nos 1.º e 4.º anos. Ademais, salienta-se a constatação de que em alguns manuais surgem os processos de contraste lexical e de composição com <macho> e <fêmea> associados aos processos de atribuição de género linguístico, quando, de acordo com os pressupostos teóricos já expostos neste texto, estes processos indicam apenas o sexo dos referentes. Portanto, ainda que nos documentos legais de ensino do Português do 1.º CEB apenas seja referido o processo de contraste lexical no 3.º ano, nas coleções de manuais em análise verifica-se a presença do processo de contraste lexical nos manuais do 2.º ano da coleção A e nos manuais dos 3.º e 4.º anos da coleção A e B, bem como a referência ao processo de composição com <macho> e <fêmea> nos manuais dos 3.º e 4.º anos da coleção B, o que se revela promotor do erro e da confusão desde o início da escolaridade. Urge ainda destacar que, quer nos manuais em análise, quer nos documentos legais do ensino do Português no 1.º CEB, se verifica uma maior variedade de processos nos 3.º e 4.º anos (alternância do índice temático, redução da forma do masculino, derivação, processos sintáticos, composição com <macho> e <fêmea>, contraste lexical), contrariamente ao que ocorre nos 1.º e 2.º anos, em que unicamente se constata a presença dos seguintes processos: alternância do índice temático, derivação e contraste lexical. Note-se, por último, a ausência de qualquer referência aos processos de alternância fonológica e de composição morfossintática nos manuais e no Programa e Metas Curriculares de Português do 1.º CEB, processos relevantes para a atribuição de género linguístico.

No que respeita à observação da tipologia das tarefas solicitadas em ambas as coleções, de maneira a facilitar a análise, todas as tarefas propostas foram organizadas nas seguintes categorias: produção de contrastes, produção de concordâncias, classificação quanto ao valor de género (*feminino/masculino*) e identificação de processos de atribuição, marcação e

especificação do género. Por meio destas categorias, acabou por se comprovar um indício destacado aquando da constatação do predomínio de exemplos de nomes comuns animados (humanos e não humanos), ou seja, a maior percentagem das tarefas solicitadas corresponde à produção de contrastes (52% na coleção A e 44% na coleção B). Com a mesma percentagem desta tipologia de tarefa (44%) encontra-se a produção de concordâncias, na coleção B, e, na coleção A, surge com 13%. Neste tipo de tarefas, os alunos deparam-se, muitas vezes, com enunciados como “Reescreve a frase seguinte no feminino” ou “Passa a seguinte frase para o feminino” (exemplos retirados do manual do 3.º ano da coleção B), isto é, são confrontados com enunciados cuja instrução se encontra erradamente formulada, visto que as frases não possuem género, mas sim os nomes que nelas se encontram. Por isso, neste tipo de tarefas somente haverá consciência das concordâncias entre os constituintes frásicos se a professora proceder a uma reflexão com os alunos, caso contrário esta corresponde a uma tarefa totalmente mecânica que os alunos realizam sem qualquer reflexão, e, em acrescento, vem contribuir, mais uma vez, para a associação de género a sexo dos seres. Sublinhem-se ainda as tarefas em que se solicita aos alunos que procedam à classificação de alguns nomes quanto ao valor de género (35% na coleção A e 9% na coleção B). Neste tipo de tarefas há, uma vez mais, uma nítida contaminação entre categorias, género linguístico e sexo dos referentes, uma vez que se recorre sobretudo à identificação do valor de género de nomes comuns animados (humanos e não humanos). Por último, unicamente na coleção B é dado destaque à identificação dos diferentes processos de marcação, atribuição ou especificação de género, designadamente alternância do índice temático, redução da forma do masculino, derivação e processos sintáticos. A par destes processos surgem, erradamente, como sabemos, também os processos de contraste lexical e de composição com <macho> e <fêmea> associados à categoria género linguístico, promovendo uma confusão entre género e sexo dos referentes.

#### **4. Considerações finais**

Tendo em consideração o percurso apresentado, tornou-se nítido que a categoria género nos nomes se distingue das restantes categorias nominais: por se verificar sempre a sua existência, quer o valor de género seja atribuído no léxico, quer seja atribuído na sintaxe; pela ausência de obrigatoriedade de contrastes de género; e pelo facto da sua atribuição e realização estar a cargo de vários processos (fonológicos, morfológicos e sintáticos).

Importa ainda sublinhar a existência de uma constante referência a flexão em género nos nomes, quer nos manuais escolares, quer no Programa e Metas Curriculares, bem como uma abordagem da categoria género como similar à categoria número. A par disto, salienta-se a existência de uma correlação entre género gramatical e sexo biológico nos manuais escolares analisados, visível pelos exemplos pertencentes maioritariamente à classe dos nomes comuns animados (humanos e não humanos).

#### **Referências bibliográficas**

- Baptista, A. et al. (2013a). “Conhecimentos implícitos e explícitos de género linguístico e suas implicações no ensino” in Madalena Teixeira et al. (orgs.), *Ensinar e Aprender Português num Mundo Plural*. Santarém: Escola Superior de Educação.
- Baptista, A. et al. (2013b). “Representação e Aquisição do Género Linguístico em PE: alguns contributos a partir da análise de materiais pedagógicos”, *Atas do IV Simpósio Mundial de Ensino da Língua Portuguesa. Língua Portuguesa: ultrapassando fronteiras, unindo culturas*. Goiânia: Faculdade Letras da Universidade Federal de Goiás.
- Bechara, E. (2003). *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna.

- Buescu, H. et al. (2015). *Programa e metas curriculares de Português do ensino básico*. Portugal: Ministério da Educação e Ciência.
- Choupina, C. et al. (2016). Conhecimentos e regras explícitos e implícitos sobre género linguístico nos alunos dos 1.º e 2.º Ciclos do Ensino Básico: a influência da classe formal do nome, *Revista da Associação Portuguesa de Linguística* 1, 121 – 150.
- Costa, J. A. & Choupina, C. (2011). *A história e as histórias do género em português: percursos diacrónicos, sincrónicos e pedagógicos*. Coimbra: Escola Superior de Educação.
- Costa, J. A. et al. (2015). “Género gramatical: a complexidade do conteúdo e a sua abordagem nos documentos reguladores do ensino do Português no 1ºCiclo EB”, *Exedra: Revista Científica. Didática do Português. Investigação e práticas, número temático*, vol. 1, 321-352.
- Cunha, C. & Cintra, L. (1984). *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Edições João Sá Costa.
- Dicionário Terminológico (2008). Acedido a 26 de abril de 2018 e disponível em <http://dt.dgicd.min-edu.pt/>.
- Duarte, I. (2000). *Língua Portuguesa - Instrumentos de análise*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Estrela, E., Soares, M. A. & Leitão, M. J. (2004). *Saber escrever, saber falar – Um guia completo para usar corretamente a Língua Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Villalva, A. (2000). *Estruturas Morfológicas: Unidades e hierarquias nas palavras do português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Villalva, A. (2003). “Estrutura Morfológica Básica” in Maria Helena M. M. et al. (Orgs.), *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 917-938.
- Villalva, A. (2008). *Morfologia do Português*. Lisboa: Universidade Aberta.